

Universidade e saúde mental: oferta de cuidado psicossocial a estudantes universitárias/os/es negras/os/es e/ou LGBTQIA+ no período de pandemia da COVID-19

University and mental health: the offering of psychosocial care to Black and/or LGBTQIA+ university students in the covid-19 pandemic



<http://eoi.citefactor.org/10.11248/ehum.v14i1.3287>

Adelina Malvina Barbosa Nunes

Mestrado em Educação pela Universidade Federal de Ouro Preto
Pesquisadora do Grupo de Pesquisa Caleidoscópio da Universidade Federal de Ouro Preto
abn.psi@gmail.com



<https://orcid.org/0000-0003-1715-1158>

Áquila Bruno Miranda

Mestrado em Educação pela Universidade Federal de Ouro Preto
Pesquisadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Educação e Relações Étnico-Raciais (Neper) da Universidade Estadual de Minas Gerais
aquilabruno@ymail.com



<https://orcid.org/0000-0001-9106-5907>

Cristina Carla Sacramento

Professora Adjunta do Departamento de Educação da Universidade Federal de Ouro Preto (DEEDU/UFOP)
cristina.sacramento@ufop.edu.br



<https://orcid.org/0000-0003-0398-2903>

Recebido em: 12/07/2021 – Aceito em 31/07/2021

Resumo: Este artigo apresenta um relato de experiência do projeto “EntrEncontros: roda de acolhimento em saúde mental” (PRACE/UFOP), que, ao longo de 2020, buscou oferecer acolhimento a universitárias/os/es do último ano de curso na Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), autodeclarados/as/es negras/os/es e/ou LGBTQIA+. Por meio de uma abordagem psicossocial, foram realizados quatro encontros cujos temas enfatizaram o cuidado e a saúde mental no espaço universitário, além da ampliação do diálogo com a comunidade acadêmica e externa, por meio de seminários e da criação de uma rede social. Essas ações permitiram perceber: a importância da construção de espaços de cuidado e/ou autocuidado que favoreçam a participação da população negra e/ou LGBTQIA+; a relevância dos marcadores raça, gênero, orientação sexual e outros para a saúde mental e a urgência de se pensar as ações afirmativas em articulação com a comunidade interna e externa à universidade; e a importância de espaços de atenção à saúde mental para estudantes negras/os/es e/ou LGBTQIA+, na comunidade universitária, de forma a tencioná-la como um processo biopsicossocial.

Palavras-chave: Saúde mental; Estudantes negro e/ou LGBTQIA+; Ações Afirmativas.

Abstract: This paper presents an experience report on the project “EntrEncontros: reception wheel in mental health” (PRACE/UFOP), which, throughout 2020, sought to offer reception to university students in the last year of the course at the Federal University of Ouro Preto (UFOP), self-declared black and/or LGBTQIA+. Through a psychosocial approach, occurred four meetings whose themes emphasized care and mental health in the university space, in addition to expanding the dialogue with the academic and external community, through seminars and the creation of a social network. These actions allowed us to perceive: the importance of building care and/or self-care spaces that favor the participation of the black and/or LGBTQIA+ population; the relevance of race, gender, sexual orientation and other markers

for mental health and the urgency of thinking about affirmative actions in conjunction with the community inside and outside the university; and the importance of mental health care spaces for black and/or LGBTQIA+ students in the university community, in order to intend it as a biopsychosocial process.

Keywords: Mental health; Black and/or LGBTQIA+ university students; Affirmative actions.

Introdução

Este artigo tem como objetivo apresentar um relato de experiência do projeto “EntrEncontros: roda de acolhimento em saúde mental”, que responde a uma proposta do Programa de Incentivo à Diversidade e Convivência (PIDIC), coordenado pela Pró-Reitora de Assuntos Comunitários e Estudantis da Universidade Federal de Ouro Preto (PRACE/UFOP).

As atividades de ações afirmativas desenvolvidas pela PRACE/UFOP são ofertadas em observância ao Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES. A política desenvolvida nesse programa é organizada em diferentes eixos que buscam dirimir os efeitos das desigualdades sociais e territoriais que influenciam na permanência e conclusão do curso superior (BRASIL, 2010). Destaca-se que o Plano de Desenvolvimento Institucional da Universidade Federal de Ouro Preto – PDI 2016-2025 estabelece que uma das condições necessárias para igualdade de oportunidades no ensino superior é a “promoção da igualdade étnico-racial e de gênero, da diversidade sexual, das ações afirmativas e da formação de cidadania” (UFOP, 2016, p.119).

Nesse sentido, o projeto EntrEncontros apresentou-se como um espaço de escuta e acolhimento a universitárias/os/es da UFOP (*campus* Mariana-MG), do último ano de curso, autodeclaradas/os/es negras/os/es e ou LGBTQIA+. As ações do projeto foram mobilizadas por pesquisas que apontam que as trajetórias desses sujeitos têm sido marcadas por situações de exclusão social e de discriminação, aspectos que reforçam vulnerabilidade psicológica no espaço universitário. Segundo a Andinfes (2019), as principais causas de adoecimento mental entre estudantes do ensino superior são problemas financeiros, grande carga de trabalhos estudantis, adaptação a novas situações e relacionamento interpessoal. Para o público-alvo desse projeto, somam-se as problemáticas produzidas por racismo, sexismo, homofobia e transfobia.

O projeto foi elaborado para execução no formato presencial. Porém, em decorrência da pandemia da COVID-19, foi necessário desenvolver uma nova metodologia para garantir a sua continuidade. Com vistas a seguir as medidas de isolamento social, conforme orientações da Resolução CUNI nº 2.337 de 17 de março de 2020 (UFOP, 2020), todas as atividades ocorreram remotamente, por meio de duas modalidades: intervenções síncronas e assíncronas. As ações síncronas foram rodas de acolhimento virtuais, que ocorreram mensalmente, entre os meses de julho e novembro de 2020, nas quais cada tema foi pensado a partir das falas e problematizações emergentes no encontro anterior. Também foram realizadas *Lives* em redes sociais de alcance abrangente (Instagram), bem como a produção, em articulação com a comunidade externa, do Seminário “Saúde mental da população negra e LGBTQIA+ no espaço universitário: Tecendo caminhos coletivos de (R) Existência”. Por fim, como atividade assíncrona, foi criado um perfil no Instagram,² no qual foram compartilhados conteúdos de caráter informativo, de referencial simbólico positivo e de promoção de autocuidado.

As ações desenvolvidas pelo projeto EntreEncontros foram mediadas por uma equipe interdisciplinar, formada por uma pedagoga, duas psicólogas, duas estudantes do curso de Pedagogia e uma e um estudante do Serviço Social da UFOP. A possibilidade de atuar a partir desses saberes foi fundamental para a constituição de um olhar

¹De acordo com o Estatuto da Igualdade Racial no seu Art 1º, Parágrafo único, as ações afirmativas englobam todos “os programas e medidas especiais adotados pelo Estado e pela iniciativa privada para a correção das desigualdades raciais e para a promoção da igualdade de oportunidades” (BRASIL, 2010, s/n).

²Para conhecer os conteúdos produzidos no nosso perfil, durante a vigência do projeto, acesse a página do Instagram @entrencontros_ufop.

comprometido com as diversas interfaces que influenciam no processo de cuidado em saúde mental.

Neste artigo busca-se, inicialmente, apresentar uma discussão sobre abordagem psicossocial da saúde mental no acolhimento das pessoas negras e/ou LGBTQIA+, desvelando a relação do processo de saúde-doença com racismo, gayfobia, bifobia, travestifobia e transfobia. Em seguida, será apresentado como foram construídos os caminhos de promoção de cuidado em saúde encontrados pelo projeto EntrEncontros, no contexto de distanciamento social, imposto pela pandemia da COVID-19, em diálogo com a universidade e comunidade externa e, por fim, nosso aprendizado nesse encontro com as/os/es estudantes e a comunidade.

Saúde Mental da população negra no Brasil: interseccionalidades de raça, gênero e orientação sexual

Nossas experiências coletivas como mulheres negras, pesquisadoras, professoras e terapeuta têm revelado que poucas são as discussões sobre o sofrimento que o racismo causa à população negra. Por vezes, no campo educacional, essa situação também tem sido negligenciada, uma vez que alunas/alunos/alunes que passaram a ocupar espaço no ensino superior, por meio das lutas sociais, encontraram e ainda encontram um espaço embranquecido, que reflete as tensões sociorraciais do país. Esse aspecto, a nosso ver, tem relação com resquícios do legado histórico de marginalização dessa população e de negação de suas necessidades. Diante desse histórico, reconhecemos como fatores que contribuíram para o nosso olhar contra-hegemônico, no *campus* UFOP/Mariana-MG, o nosso letramento racial, o desenvolvimento de trabalhos interprofissionais, um espaço de efervescências de debates antirracistas, protagonizado pelo Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas -NEABI/UFOP e a presença de alunas/os/es, organizados em movimentos estudantis, em busca de transformações sociais no campo da saúde mental no espaço universitário.

Nosso projeto parte de uma perspectiva de saúde mental alinhada à conceituação da Organização Mundial de Saúde – OMS, que a caracteriza como “Um estado de completo bem-estar físico, mental e social e não apenas a ausência de doença ou enfermidade.” (OMS, 1946, s/n). Apesar de uma conceituação generalista e idealista, esse pensamento abriu portas, em meados do século XX, para o início de um deslocamento do modelo biomédico e/ ou individualizante da saúde. Esse pensamento traz para a cena de cuidado não apenas as pessoas e seus sintomas, mas, também, os aspectos sociais que estas vivenciam e/ ou a que são expostas, tais como as condições econômicas, a presença de opressão e exclusão, violências, moradia, determinantes que também ajudam na compreensão dos fatores de proteção, em que segurança e liberdade são fundamentais (OPAS/OMS, 2016).

Diante disso, a Organização Pan-Americana da Saúde/Organização Mundial da Saúde (OPAS/OMS) orienta que as políticas nacionais de saúde mental envolvam “setores de educação, trabalho, justiça, transporte, meio ambiente, habitação e bem-estar” (2016, s/n). No Brasil, a Política Nacional de Saúde Mental, instituída há cerca de 20 anos,³ reforça os princípios constitucionais da saúde como direito e livre de discriminações “quanto à raça, cor, sexo, orientação sexual, religião, opção política, nacionalidade, idade, família, recursos econômicos e ao grau de gravidade ou tempo de evolução de seu transtorno, ou qualquer outra.” (BRASIL, 2001, s/n).

No que diz respeito ao marcador raça/cor, é importante salientar que o racismo no Brasil afeta diretamente a saúde mental da população negra, visto que esse grupo está vulnerável a “lidar com ameaças à autoestima, desigualdades de oportunidades e, com frequência, com a violência que atinge principalmente a juventude negra no Bra-

³O processo de intensas lutas sociais, conhecido como Luta Antimanicomial, que contou com protagonismos dos/das/des profissionais de saúde, pacientes e seus familiares.

sil”, condições com potencial de causar sofrimento de modos e intensidades diversas (BRASIL, 2016 p. 24). No estudo desenvolvido por Wernerck (2016), no contexto da assistência à saúde das mulheres negras no sistema público brasileiro, observa-se uma aproximação com pesquisas estadunidenses (JONAS, 2002) na relação entre racismo e saúde. A partir dessa aproximação, Wernerck (2016) apresenta três dimensões que evidenciam os efeitos do racismo na saúde, quais sejam: 1) Dimensão “Pessoal”, na qual o sujeito negro assimila os padrões racistas incorporando a sua percepção de si estigmas de raça; 2) Dimensão “Interpessoal”, por meio de atitudes discriminatórias ou preconceituosas ou omissões direcionadas a sujeitos e/ou coletivos; e 3) Dimensão “Institucional” (RI), que se relaciona com o modo de organização social que resulta em tratamento desigual e desassistência.

A cor/raça, como determinante de saúde, refere-se às condições a que esse grupo é exposto, ao longo de sua vida, e não a uma relação direta entre características fenotípicas e o adoecimento psíquico, como o racismo científico e as políticas eugenistas e higienistas propuseram pensar no final do século XIX e início do XX (SASKYA, JESUS, SANTANA, 2020). A Política Nacional de Saúde Integral da População Negra (2009) é um instrumento de enfrentamento do racismo na saúde pública, resultado das lutas sociais. Apesar de ainda não ser implantada de forma ampla pelos estados e municípios, sua existência contribuiu para que dados epidemiológicos e políticas de equidade considerassem o quesito cor/raça, o que influenciou para que ações afirmativas adentrassem também o campo da saúde mental.

As dimensões de poder do racismo nos ajudam a compreender que estamos diante de um sistema supremacista branco, que tenta impor uma única cultura, modo de ser, pensar, agir. Desse lugar, de pseudo superioridade, é lançado um olhar de inferioridade àquele que difere de si. Estudos acerca desse fenômeno se iniciaram no Brasil nos anos 2000, ficando conhecidos como Estudos Críticos da Branquitude (CARDOSO, 2008).

As teorias que orientaram a construção do projeto nos apontam que um sistema de normas não atua sozinho; afinal, outras condições de opressões atuam como codeterminantes, agravando vulnerabilidades sociais, educacionais, econômicas, de saúde, como são as intersecções de classe, identidade de gênero, orientação sexual, entre outras. A interseccionalidade é um conceito estratégico para compreensão, em complexidade, do tema, sem repetir modelos hierárquicos (CRENSHAW, 2002).

As ações em saúde precisam compreender as necessidades singulares de grupo sociais discriminados, em articulação com o racismo, o sexismo, o classismo, a lesbofobia, a gayfobia, a bifobia, a travestifobia e a transfobia, que são causadores de desigualdades no emprego, qualidade da moradia, segurança alimentar, educação, cultura, projetos de vida, entre outros fatores que incidem na qualidade de vida e, logo, na saúde mental. Entre os objetivos específicos da Política Nacional de Saúde Integral LGBT como fator de promoção e proteção à saúde está a “promoção da autoestima entre lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais e à eliminação do preconceito por orientação sexual, identidade de gênero, raça, cor e território, para a sociedade em geral” (BRASIL, 2012, p. 20).

Nesses termos, a promoção de saúde mental envolve práticas coletivas, que se relacionam com processos sociais, econômicos, políticos e culturais complexos. Assim, quanto maior o acesso a condições dignas de vida, mais segurança e liberdade. Experiências de exclusão, discriminação e violências subjetivas produzem experiências de desqualificação da pessoa, expõem o sujeito a violências, exigem o desenvolvimento de mecanismo de defesa para a manutenção da integridade psíquica, causam sofrimento que reverbera ao longo dos ciclos da vida e podem demandar suporte para serem elaborados. Nessa direção, será apresentado, a seguir, de forma mais específica, como a problemática da saúde mental das/dos/des estudantes negras/os/es e/ ou LGBTQIA+ se dá no espaço universitário e de que maneiras

o projeto EntrEncontros se propôs, por meio de um edital de ação afirmativa, a atuar na promoção de saúde mental na UFOP.

Saúde mental das/dos/des universitárias/os/es negras/os/es e/ou LGBTQIA+: ensinamentos a partir da experiência do EntrEncontros

A experiência aqui relatada considerou estudos cujos resultados apontam que diversos transtornos mentais podem surgir pela primeira vez no início da vida adulta. Nesse sentido, muitas/os/es jovens poderão apresentar um primeiro episódio psiquiátrico no período de formação universitária (SANTOS JUNIOR, 2011; CERCHIARI, 2004). Conforme Neves e Dalgarrondo (2007), há maior incidência de sofrimento mental na juventude universitária, se comparada com os dados epidemiológicos referentes a jovens não universitárias/os/es. Esse quadro é resultado das transformações que marcam esse período do desenvolvimento atrelado ao início da graduação: afastamento da cidade natal, mudança e/ou fragilização nos ciclos de amizade da adolescência, questões financeiras, novas exigências da vida adulta e desafios da vida universitária (matriz curriculares extensas, o grande número de demandas, competitividade entre colegas, má qualidade do sono etc.).

As relações sociais estabelecidas no interior do espaço universitário, bem como as lógicas de poder que constituem os pactos estabelecidos nessa instituição, não são neutras nem alheias às nuances do contexto socioeconômico e político. Antes, pode-se afirmar que os princípios e diretrizes que organizam a sua estrutura de funcionamento, os currículos e os códigos para o seu ingresso são resultados de um processo histórico que determina os corpos e as trajetórias reconhecidas como necessárias para o aparelhamento do estado (AZEVEDO, 2019). Nessa perspectiva, a população negra que acessa a universidade vive, cotidianamente, as diversas manifestações sociais da discriminação racial e de gênero. Segundo Santos (2018), citado por Munoz, Oliveira e Santos (2018, p. 30),

Dentre as manifestações de preconceito identificadas pelo autor se destacam mensagens escritas nas portas de banheiros das universidades como: “O lugar dos negros não é a universidade, mas na prisão”; “Mulheres negras fedem”; “Saíam daqui, macacos! O lugar dos negros é a senzala”. Além disso, em redes sociais compartilhadas pelos estudantes como Facebook e WhatsApp o autor também identificou manifestações sutis de preconceito racial como: “Eu quero ver se esses negros serão capazes de se formar, entrar na universidade é uma coisa, mas se formar...”; “Quem diz que os negros serão felizes na universidade? Isso tem que ser o único caminho?” (...) Outro fenômeno identificado pelo autor em sua revisão da literatura foi uma exclusão recorrente dos estudantes negros de grupos de trabalho, festas, viagens e outras atividades comuns à vida acadêmica, numa demonstração inequívoca de discriminação racial.

No que diz respeito à população LGBTQIA+, a pesquisa desenvolvida por Lima (2018) mostra as dificuldades, os preconceitos e as discriminações enfrentadas por esse grupo no âmbito universitário. De acordo com a autora, a primeira dificuldade enfrentada pelos sujeitos LGBTQIA+ antecede a chegada à universidade, haja vista que, muitas vezes, a sua orientação sexual não é acolhida/respeitada pela família. Outro aspecto levantado por Lima (2018) relaciona-se ao medo da violência física no espaço universitário, fato que leva as/os/es estudantes a assumirem uma postura de “comportadinho” como um mecanismo de proteção.

Na pesquisa desenvolvida por Camilloto (2019, p. 202), com oito alunos/as/es trans da UFOP, são citadas algumas dificuldades vividas por esses sujeitos dentro da instituição, tais como: o uso do banheiro, que as/os/es entrevistadas/os/es “revelaram frequentar, em maior ou menor grau, o banheiro correspondente à sua identidade de gênero, a depender da ‘passabilidade’ alcançada. Todavia, para as pessoas não-binárias é sempre um problema.”; outra dificuldade relaciona-se ao uso do nome social, que, em vários contextos, é negado por servidores da instituição, evidenciando postura transfóbica, machista e misógina.

As violências que incidem sobre estudantes negras/os e/ou LGBTQIA+ são nocivas à saúde mental e, por sua vez, tornam-se entraves para a permanência no espaço universitário. Conforme Munoz, Oliveira e Santos (2018), os preconceitos e as discriminações vividas na universidade produzem sofrimento e danos que vão desde a baixa autoestima até os transtornos psiquiátricos e, por consequência, fragilizam as possibilidades do bem-viver dessa população.

Diante dos desafios vivenciados pela população negra e/ou LGBTQIA+ no espaço universitário, torna-se necessário pensar projetos de ações afirmativas, considerando as diversas interseccionalidades que impactam na saúde mental dessas/desses estudantes. A busca por espaços de cuidado voltados para a saúde mental desse grupo, a partir das suas trajetórias e das suas potencialidades para a reafirmação do Bem viver, é um importante caminho para a desconstrução de diversos estigmas que invisibilizam suas necessidades subjetivas.

Resultados e Discussões

No que diz respeito ao método adotado no Projeto EntrEncontros, tendo em vista as questões colocadas, a dinâmica de construção e realização das atividades buscou, inicialmente, delimitar o seu público-alvo, a saber: universitárias/os/es, da UFOP, matriculadas/os/es no Instituto de Ciências Humanas e Sociais (ICHS) e Instituto de Ciências Sociais e Aplicadas (ICSA), localizados na cidade de Mariana (MG), no último ano de curso, ou em retenção, autodeclarados/as/es negras/os/es e/ou LGBTQIA+.

Para tanto, com vistas a identificar os sujeitos a quem o projeto se destinou, partiu-se da solicitação, junto à Pró-Reitoria de Graduação da Universidade Federal de Ouro Preto (PROGRAD/UFOP), uma lista com a relação das/dos/des alunas/os/es, que compreendessem os critérios supracitados, considerando a modalidade de ingresso por cotas, pois a intenção era alcançar aquelas(es) que ingressaram pelo sistema de cotas raciais (L6,L2,PAA1,PAA2,L10,L14).⁴ Foi recebido um grande volume de dados, distribuídos em quatro planilhas distintas, o que demandou uma análise qualitativa das informações, na perspectiva interseccional de articular Cor, Instituto de estudo, aluna/o/e em retenção e/ou no último ano de curso. Essa análise resultou no universo de 315 estudantes e, uma vez que a orientação sexual não é uma informação presente no cadastro de matrícula, a alternativa encontrada para preencher essa lacuna foi a elaboração e envio de um questionário de interesse de participação, no qual apresentamos o objetivo do projeto, consultamos a respeito da orientação sexual e identidade de gênero e buscamos compreender as demandas das/dos/desalunxs, com as possibilidades de oferta. Caso fosse possível identificar demandas de saúde mental que extrapolassem o escopo do projeto, ainda nessa etapa, seria feito encaminhamento a PRACE/NACE⁵. Entre as 315 pessoas a quem destinados, por e-mail, o questionário de interesse, recebemos retorno de 23. A partir das respostas obtidas e considerando a experiência das facilitadoras em outras intervenções coletivas/grupais, bem como os estudos realizados por Matos e Machado (2011), Matos *et al.* (2012) e Afonso (2007), estabelecemos como

⁴Os códigos mencionados se referem a modalidades de reserva de vagas que contemplam pretos e pardos, previstas na Lei 12.711 de 2012, que institui política de ação afirmativa de reserva de vaga na graduação superior pública.

⁵O Núcleo de Assuntos Comunitários Estudantis (NACE) é o Núcleo da Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários e Estudantis da UFOP, que oferece apoio psicossocial para estudantes do ICHS e ICSA, localizados em Mariana (MG).

número máximo o total de até 20 participantes.

Entre os meses de julho e novembro, foram realizadas quatro rodas de acolhimento, cujos temas foram: “Nos conhecendo, nos acolhendo!”; “As Relações na universidade e suas implicações para a saúde mental da população negra e LGBTQIA+”; “Por que escrevo? Para que(m) escrevo? Desafios na escrita do TCC”; “Cuidar de si: desafios e possibilidades do viver”. Alcançou-se uma média de 5 (cinco) estudantes por encontro. É importante destacar que as/os facilitadoras/es do projeto sempre estiveram atentas/os às questões que emergiam nos encontros, de forma que elas passavam a constituir a temática do encontro seguinte.

Tendo em vista as trocas realizadas nos encontros, junto ao público-alvo, a baixa adesão das/dos/des estudantes que manifestaram interesse e os meios para participar, percebeu-se a necessidade de convidar as comunidades universitária e externa para debaterem as estratégias de acolhimento para o cuidado em saúde mental das(dos) estudantes negras(os) e/ou LGBTQIA+. Nesse sentido, também foi realizado o seminário “Saúde mental da população negra e LGBTQIA+ no espaço universitário: Tecendo caminhos coletivos de (r)existência”, em parceria com o Centro Acadêmico de Pedagogia da UFOP (CAPED), o 3º Novembro Negro de Mariana (MG), que contou com a participação de uma integrante da PRACE/UFOP, bem como de uma liderança do Coletivo marianense “Mães da (R)Existência”. O evento foi uma oportunidade de abordar aspectos da saúde da população negra e LGBTQIA+ em diálogo com a inclusão social e formas de organização na luta por direitos, em uma abordagem psicossocial da saúde mental.

Foram realizadas, também, duas rodas de conversa intituladas “Gordofobia e questão racial: a desmistificação do mito da beleza” e “As relações na Universidade e suas implicações para a saúde mental da população negra e LGBTQ”, que contaram com a participação de estudantes negras(os) da pós-graduação, professoras negras e profissionais da saúde mental. Além das atividades mencionadas, o projeto construiu a Semana da diversidade, com a mesa “Quarentena e saúde mental da população negra”. Por fim, é importante mencionar que foi criada uma página no Instagram (@entrEncontros_ufop), cujo objetivo era a produção de conteúdo também atrelado aos temas das rodas. Uma vez que essa rede social gera dados estatísticos, por meio de algoritmos, foi possível monitorar indicadores como interação com o conteúdo, seguidores, comentários, visualização, entre outros. Em sete meses de projeto, nessa plataforma, foram alcançados 642 seguidores, dentro da faixa-etária universitária (18 a 24 anos) e em sua maioria da cidade de Mariana e Ouro Preto (64,2% mulheres, 35,8% homens).

A constante reflexão sobre os elementos mobilizados durante as ações do projeto EntrEncontros permitiu identificar três ensinamentos que emergiram como fundamentais, no que diz respeito à possibilidade de construção de ações afirmativas voltadas para estudantes negras/os/es e/ou LGBTQIA+ e que serão apresentados a seguir:

O primeiro, relaciona-se à importância de pensar propostas que favoreçam a participação desses sujeitos em espaços de cuidado e/ou autocuidado. Ao longo da realização do projeto, a equipe proponente considerou diversos aspectos que incidem na trajetória dessas/desses estudantes, tais como a definição de horários que abarcassem as realidades das/dos/des estudantes trabalhadores e a utilização de tecnologias diversas, acessíveis, que garantissem a difusão e o compartilhamento das informações (Instagram, e-mail, Google Meet, WhatsApp). Além disso, durante a realização das rodas, foram elaboradas estratégias para garantir a oferta de um espaço seguro, que consistia no convite direcionado para as/os/es universitárias/os/es, público-alvo do projeto, e o estabelecimento da condição para o recebimento do *link* do encontro, a confirmação prévia. Buscou-se oferecer um espaço de liberdade, orientado por uma es-

cuta acolhedora das histórias de vidas e/ou dificuldades das/dos/des estudantes, principalmente no que diz respeito às incertezas produzidas pelo período de isolamento/distanciamento social.

O segundo ensinamento diz respeito às temáticas trabalhadas durante as rodas de acolhimento. Como já foi apontado, os temas geradores foram pensados a partir das vozes das/dos/des participantes, em articulação com as demandas e as trajetórias da equipe proponente. Nas rodas de acolhimento, as/os/es participantes e as/o mediadoras/or compartilharam vivências relacionadas aos desafios das relações interpessoais na universidade, com destaque para a relação professora/professor x estudante, os desafios de construir uma narrativa/experiência pautada no reconhecimento do saber/corpo negro, as possibilidades e aberturas possíveis de constituição de redes de cuidado e afeto, obstáculos subjetivos e interpessoais para a garantia do autocuidado, e os projetos de vida adiados devido a pandemia da COVID-19. Esses temas foram pensados e compartilhados a partir de uma abordagem comprometida com os entrecruzamentos da saúde mental e dos marcadores raça, gênero, classe e orientação sexual.

A escolha por assumir uma posição ética e política nos auxiliou a refletir e nomear inúmeros desafios que marcam a vida das/dos/des estudantes e de professoras/es negras/os/es e/ou LGBTQIA+. A possibilidade de desvelar e dimensionar esses impedimentos, em um espaço seguro, mobilizou a construção de estratégias para enfrentamento do preconceito e discriminação na universidade, bem como a cooperação para a defesa do autocuidado das/dos/des participantes e equipe proponente.

Por fim, o último ensinamento alcançado por meio da experiência no projeto EntrEncontros, que destacamos, refere-se à urgência de pensar as ações afirmativas no espaço universitário, em articulação com atores e atrizes da comunidade interna e externa. Diante das estratégias e códigos acadêmicos que produzem o isolamento e a marginalização social da população negra e/ou LGBTQIA+, bem como de seus saberes, sua cultura e seus corpos, foram tecidas, no decorrer das ações do projeto, parcerias com coletivos estudantis, técnicos administrativos, professores universitários, Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas da Universidade Federal de Ouro Preto (NEABI/UFOP), Conselho de Promoção da Igualdade Racial - COMPIR/ MARIANA, Movimento Negro de Mariana e o Coletivo Mães da Existência. Tais parcerias tornaram-se possibilidades para a formação de uma comunidade/coletivos de (re)existências, para produção de visibilidade e para o desenho de um discurso contra-hegemônico.

Considerações Finais

Este artigo buscou apresentar um relato de experiência do projeto EntrEncontros, cujo objetivo foi propiciar acolhimento a universitárias/os/es autodeclarados/as/es negras/os/es e/ou LGBTQIA+ da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP). O projeto partiu do entendimento que esse grupo, em especial, está mais vulnerável ao adoecimento mental, haja vista a incidência do racismo, do sexismo e da transfobia, que, somados às exigências do espaço universitário, comprometem, muitas vezes, não só sua trajetória acadêmica, mas também sua saúde mental.

As intervenções realizadas permitiram constatar que, embora a universidade possua dispositivos para o cuidado e acolhimento em saúde mental das(dos) universitárias(os) e que as políticas de ações afirmativas tenham permitido o acesso de estudantes negras(os) no ensino superior, é preciso que ações de incentivo à diversidade e convivência considerem as particularidades dos contextos em que as(os) estudantes estão inseridos e que podem favorecer ou dificultar o seu autocuidado.

Nessa perspectiva, o projeto buscou mediar a construção de diálogos entre a universidade, a comunidade externa e movimentos sociais, de forma que as(os) estudantes tivessem condições de refletir acerca de seus projetos de vida, fortalecidos em suas identidades.

O encontro com universitárias/os/es negras/os/es e/ou LGBTQIA+ contribuiu para o reconhecimento da distância que a universidade ainda está em promover uma inclusão que favoreça uma permanência com qualidade e as singularidades desses grupos no ensino superior. As reflexões das/dos estudantes demonstraram a importância de espaços de atenção à saúde mental que garanta oportunidades de fala a grupos historicamente silenciados de suas demandas sociais e psíquicas, tencionando a saúde mental como um processo biopsicossocial capaz de interferir na permanência e conclusão de curso.

Referências Bibliográficas:

- AFONSO, Lúcia. **Oficinas em dinâmica de grupo**: um método de intervenção psicossocial. 2.ed. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2007.
- AZEVEDO, Leandro Ribeiro. **Vida universitária e saúde mental**: um estudo junto a estudantes da UFRB / Leandro Ribeiro Azevedo. – Cruz das Almas/BA: UFRB, 2019. 242 p.
- BRASIL. **Lei nº 10.216, de 6 de abril de 2001**. Política Nacional Da Saúde Mental. Brasília, DF: Presidência da República, [2001]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10216.htm. Acesso em: 15 mai. 2021.
- BRASIL. **Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010**. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES. Brasília, DF: Presidência da República, [2010]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm. Acesso em: 15 mai. 2021.
- BRASIL. **Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010**. Institui o Estatuto da Igualdade Racial; altera as Leis nos 7.716, de 5 de janeiro de 1989, 9.029, de 13 de abril de 1995, 7.347, de 24 de julho de 1985, e 10.778, de 24 de novembro de 2003. Brasília, DF: Presidência da República, [2010]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2010/lei/l12288.htm. Acesso em: 15 mai. 2021.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Departamento de Apoio à Gestão Participativa. **Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais**. Brasília, DF: Ministério da Saúde, Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa, Departamento de Apoio à Gestão Participativa, 2012.32 p.
- BRASIL. Ministério da Saúde. **Painel de Indicadores do SUS nº 10**. Temática da saúde da população negra Vol. VII. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2016. 82 p.
- CAMILLOTO, Ludmilla Santos de Barros. **Transgeneridade e direito de ser**: relação entre o reconhecimento de si e o reconhecimento jurídico de novos sujeitos de direitos. 2019. Dissertação (Mestrado em Direito) - Escola de Direito, Turismo e Museologia, Universidade Federal de Ouro Preto, Ouro Preto, 2019.
- CARDOSO, Lourenço. **O branco “invisível”**: um estudo sobre a emergência da branquitude nas pesquisas sobre as relações raciais no Brasil (Período: 1957- 2007). 2008. Dissertação (Mestrado em Sociologia), Universidade de Coimbra, Portugal. 2008.
- CERCHIARI, EAN. **Saúde mental e qualidade de vida em estudantes universitários**. 2004. Tese (Doutorado em Ciências Biomédicas) - Faculdade de Ciências Médicas, Universidade Estadual de Campinas; Campinas, 2004.
- CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao negro. Tradução: Liane Schneider. Revisão de Luiza Bairos e Claudia de Lima Costa. **Estudos Feministas**, Florianópolis, Ano 10, p.171-188. 2002.
- UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO. Conselho universitário. Resolução CUNI nº 2.337, 17 de março de 2020. Aprova a adoção do conjunto de ações e recomendações de prevenção da disseminação do Coronavírus no âmbito da comunidade da Ufop e dá providências. Ouro Preto: Conselho Universitário, 2020. Disponível em: <https://ufop.br/sites/default/files/cuni2337.pdf>. Acesso em: 15 mai. 2021.
- MATOS, Marlene. & Machado, A. **Violência doméstica**: Intervenção em grupo com mulheres vítimas. Manual para profissionais. Lisboa: Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género, 2011.
- MATOS, Marlene; Machado, Andreia; Santos, Anita; Machado, Carla. Intervenção em grupo com vítimas de violência doméstica: Uma revisão da sua eficácia. **Análise Psicológica**, volume 30, n.º 1-2, 2012.
- MUÑOZ, Bruna Lanzoni; OLIVEIRA, Gisela Lays dos Santos; SANTOS, Alessandro de Oliveira dos. Mulheres negras acadêmicas: preconceito, discriminação e estratégias de enfrentamento em uma universidade pública do Brasil. **Interfaces Brasil/Canadá**, Pelotas, v. 18, n. 3, p. 28-41, 2018. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.15210/interfaces.v18i3.14420> DOI: 10.15210/interfaces.v18i3.14420. Acesso em: 15 mai. 2021.
- NEVES, Marly Coelho Carvalho; DALGALARRONDO, Paulo. Transtornos mentais auto-referidos em estudantes universitários. **J. bras. psiquiatr**, Rio de Janeiro, v. 56, n. 4, p. 237-244, 2007. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_art-

text&pid=S0047-20852007000400001&lng=en&nrm=iso. <http://dx.doi.org/10.1590/S0047-20852007000400001>. Acesso em: 10 mai. 2021.

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE. ORGANIZAÇÃO MUNDIAL SAÚDE-BRASIL. Saúde Mental. 26 de outubro de 2016. Disponível em: https://www.paho.org/bra/index.php?option=com_content&view=article&id=5263:opas-oms-apoia-governos-no-objetivo-de-fortalecer-e-promover-a-saude-mental-da-populacao-&Itemid=839. Acesso em: 10 mai. 2021.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. Constituição da Organização Mundial da Saúde (OMS/WHO) - 1946. Disponível em: <http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/OMS-Organiza%C3%A7%C3%A3o-Mundial-da-Sa%C3%BAde/constituicao-da-organizacao-mundial-da-saude-omswho.html>. Acesso em: 15 de mai. 2021.

SANTOS JUNIOR, Amilton dos. **Identidade, discriminação e saúde mental em estudantes universitários**. 2011. Dissertação (Mestrado em Ciências) - Faculdade de Ciências Médicas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, São Paulo. 2011. Disponível em: <http://repositorio.unicamp.br/jspui/handle/REPOSIP/311603>. Acesso em: 10 mai. 2021.

SASKYA CAMPOS TAVARES, Jeane; ASSIS DE JESUS FILHO, Carlos Antônio; FERREIRA DE SANTANA, Elisângela. Por uma política de saúde mental da população negra no SUS. **Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)**, Chácaras Califórnia, v. 12. n. Ed. Especial, p.138-151, 2020. Disponível em: <https://www.abpnrevista.org.br/index.php/site/article/view/1118>. Acesso em: 15 mai. 2021.

WERNECK, Jurema. Racismo institucional e saúde da população negra. **Saúde Soc.** São Paulo, v. 25, n. 3, p.535-549, 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/sausoc/v25n3/1984-0470-sausoc-25-03-00535.pdf>. Acesso em: 15 mai. 2021.